

Relatório da Administração

Senhores acionistas, em cumprimento as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e do semestre findo em 31 de dezembro de 2016.

São Paulo, 27 de janeiro de 2017.

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro
(Em milhares de reais)

	2016	2015		2016	2015
ATIVO			PASSIVO		
Circulante	420.689	505.302	Circulante	262.315	255.392
Disponibilidades	922	186	Depósitos (nota 10)	130.313	81.094
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	274.766	261.851	• Depósitos à vista.....	9.814	2.021
• Aplicações no mercado aberto.....	274.766	231.533	• Depósitos a prazo.....	120.499	79.073
• Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	-	30.318	Recursos de aceites e emissão de títulos (nota 11)	106.674	144.611
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	18.082	11.454	• Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares.....	106.674	144.611
• Carteira própria.....	18.082	10.137	Relações interdependências	38	19
• Vinculados à prestação de garantias.....	-	1.317	• Recursos em trânsito de terceiros.....	38	19
Operações de crédito (nota 6)	117.774	211.536	Obrigações por repasses do país - Instituições Oficiais (nota 12)	15.951	16.907
• Setor privado.....	136.342	218.161	• Tesouro Nacional.....	15.520	16.767
• Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7).....	(16.568)	(6.625)	• Outras instituições.....	431	140
Outros créditos	9.145	20.275	Outras obrigações	9.339	12.761
• Rendas a receber.....	2.076	3.224	• Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados.....	170	215
• Diversos (nota 8).....	7.069	17.051	• Fiscais e previdenciárias (nota 13).....	7.410	10.810
Realizável a longo prazo	203.825	181.782	• Diversas (nota 14).....	1.759	1.736
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	44.292	35.347	Exigível a longo prazo	157.275	226.852
• Carteira própria.....	44.292	35.347	Depósitos (nota 10)	80.208	159.400
• Setor privado.....	103.943	119.584	• Depósitos a prazo.....	80.208	159.400
• Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7).....	(7.931)	(2.179)	Recursos de aceites e emissão de títulos (nota 11)	77.667	67.452
Outros créditos	15.595	7.827	• Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares.....	77.667	67.452
• Diversos (nota 8).....	15.595	7.827	Resultados de exercícios futuros	5	13
Outros valores e bens	47.926	21.203	Resultados de exercícios futuros	5	13
• Outros valores e bens.....	47.926	21.203	Patrimônio líquido (nota 21)	205.059	248.849
Permanente	140	44.022	• Capital.....	-	-
• Participações em controladas - No País (nota 9).....	-	43.815	• De domiciliados no País.....	159.397	210.000
• Outros investimentos.....	137	137	• Reservas de lucros.....	45.657	38.840
• Provisão para perdas.....	(137)	(137)	• Ajustes de avaliação patrimonial.....	5	9
Imobilizado de uso	126	186	Total do passivo	624.654	731.106
• Outras imobilizações de uso.....	687	687			
• Depreciações acumuladas.....	(561)	(501)			
Intangível	14	21			
• Ativos intangíveis.....	48	57			
• Amortização acumulada.....	(34)	(36)			
Total do ativo	624.654	731.106			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em milhares de reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital realizado	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutárias			
EXERCÍCIO DE 2015						
Saldos em 31 de dezembro de 2014	199.000	1.350	35.718	13	-	236.081
Aumento de capital.....	-	-	-	-	-	-
Com reservas de lucros.....	11.000	(1.350)	(9.650)	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial.....	-	-	-	(4)	-	(4)
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	30.441	30.441
Destinações:						
Reserva legal.....	-	1.522	-	-	(1.522)	-
Reserva estatutária.....	-	-	14.269	-	(14.269)	-
Dividendos (R\$ 6,25 por lote de mil ações).....	-	-	(3.019)	-	-	(3.019)
Juros sobre o capital próprio.....	-	-	-	-	(14.650)	(14.650)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	210.000	1.522	37.318	9	-	248.849
Mutações do exercício de 2015.....	11.000	172	1.600	(4)	-	12.768
EXERCÍCIO DE 2016						
Saldos em 31 de dezembro de 2015	210.000	1.522	37.318	9	-	248.849
(-) Redução de capital.....	(50.603)	-	-	-	(50.603)	-
Ajustes de avaliação patrimonial.....	-	-	-	(4)	-	(4)
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	26.355	26.355
Destinações:						
Reserva legal.....	-	1.318	-	-	(1.318)	-
Reserva estatutária.....	-	-	8.687	-	(8.687)	-
Dividendos (R\$ 8,25 por lote de mil ações).....	-	-	(3.188)	-	-	(3.188)
Juros sobre o capital próprio.....	-	-	-	-	(16.350)	(16.350)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	159.397	2.840	42.817	5	-	205.059
Mutações do exercício de 2016.....	(50.603)	1.318	5.499	(4)	-	(43.790)
2º SEMESTRE DE 2016						
Saldos em 30 de junho de 2016	159.397	2.099	35.736	7	-	208.201
Ajustes de avaliação patrimonial.....	-	-	-	(2)	-	(2)
Lucro líquido do semestre.....	-	-	-	-	14.816	14.816
Destinações:						
Reserva legal.....	-	741	-	-	(741)	-
Reserva estatutária.....	-	-	8.687	-	(8.687)	-
Dividendos (R\$ 15 por lote de mil ações).....	-	-	(1.606)	-	-	(1.606)
Juros sobre o capital próprio.....	-	-	-	-	(16.350)	(16.350)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	159.397	2.840	42.817	5	-	205.059
Mutações do 2º semestre de 2016.....	-	741	2.091	(2)	-	(10.962)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: O Banco Tricury S.A. ("Banco") transformado em banco múltiplo em 10 de novembro de 1990, na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliado no Brasil, atua operando as carteiras de investimentos e de crédito, financiamento e investimento.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas: **2.1. Base de apresentação:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sujeitas às práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) recepcionados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que não conflitam com a regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) e estão substanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para demandas judiciais, perdas por redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos para negociação, ativos não financeiros e outras provisões. **2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) recepcionados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que não conflitam com a regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) e estão substanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para demandas judiciais, perdas por redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos para negociação, ativos não financeiros e outras provisões. **2.2.1. Títulos e valores mobiliários:** De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: a) Títulos para negociação, são adquiridos com o propósito de serem vendidos a curto e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício; b) Títulos disponíveis para venda, são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento. Os ganhos e perdas não realizados são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sob o título de "ajustes de avaliação patrimonial"; e c) Títulos mantidos até o vencimento, são aqueles em que há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **2.2.2. Operações de crédito:** As operações pré-fixadas foram registradas pelo valor do principal e os respectivos encargos, e retificadas pela conta correspondente de rendas a apropriar. As operações pós-fixadas são registradas pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos auferidos ou encargos incorridos, calculados "pro rata" e as rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. **2.2.3. Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação e aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" (100% de provisão) permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em caso de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas no mínimo no mesmo nível em que estavam classificadas, exceto quando eventos e condições indíquem e evidenciam amortização relevante da dívida e melhoras de garantias, conforme previsto pela Resolução CMN nº 2.682/99. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. **2.2.4. Outros valores e bens:** Representados substancialmente por bens não de uso próprio recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda. São ajustados ao valor de mercado quando este for menor que o custo contabilizado, por meio de constituição de provisão para desvalorização. **2.2.5. Créditos tributários:** Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias, sendo os seus efeitos registrados na rubrica "Outros créditos - diversos" com reflexo no resultado do período. **2.2.6. Investimentos:** Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, na proporção da participação no valor do patrimônio líquido das sociedades investidas, conforme Nota Explicativa nº 9. **2.2.7. Ativo imobilizado:** É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzidas das respectivas depreciações acumuladas, calculadas até a data de encerramento do balanço. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: móveis e utensílios, sistemas de comunicações e instalações - 10% e sistemas de processamento de dados e veículos - 20%. **2.2.8. Intangível:** Conforme disposto na Resolução CMN nº 3.042/08, os ativos

intangíveis devem corresponder aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade do Banco ou exercícios com esta finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, conforme Carta-Circular nº 3.357/08 do BACEN. **2.2.11. Redução do valor recuperável de ativos:** A Administração do Banco revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **2.2.12. Depósitos a prazo e interfinanceiros:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideramos os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia. **2.2.13. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.535/08, e na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25, aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma: a) Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando a existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. Não existem ativos contingentes para 31 de dezembro de 2016. b) Contingências passivas: são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos, são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação; c) Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. **2.2.14. Outros ativos e passivos circulantes e a longo prazo:** São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. **2.2.15. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240. A Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015 ("MP1"), convertida na Lei nº 13.183, de 18 de outubro de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de setembro de 2015. **2.2.16. Resultado por ação:** É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações contábeis. **2.2.17. Ajuste do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia" para as de natureza financeira. As rendas e os encargos são apropriados em razão da fluência de seus prazos. **3. Caixa e equivalentes de caixa:** Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	2016	2015
Disponibilidades.....	922	186
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	274.766	261.851
Títulos e valores mobiliários.....	18.082	11.454
Caixa e equivalentes de caixa	293.770	273.491

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez: As aplicações interfinanceiras de liquidez têm vencimento até três meses e estão compostas como segue:

	2016	2015
Aplicações no mercado aberto - posição bancada		
- Letras do Tesouro Nacional.....	244.453	201.156
- Notas do Tesouro Nacional.....	30.313	30.377
Aplicações em depósitos interfinanceiros		
- Não ligadas.....	-	30.318
Total	274.766	261.851

	2016			2015		
	Custo	Ajuste a	Valor	Custo	Ajuste a	Valor
Carteira própria	atualizado	mercado	atualizado	atualizado	mercado	atualizado
-Letras Financeiras						
do Tesouro.....	13.075	13.080	5	11.445	11.454	9
-Certificados de recebíveis do agronegócio.....	44.292	44.292	-	35.347	35.347	-
-Cotas de fundos de investimentos.....	5.002	5.002	-	-	-	-
Total	62.369	62.374	5	46.792	46.801	9

Durante o exercício não foram efetuadas reclassificações de títulos e valores mobiliários entre outras categorias evidenciadas pela Nota Explicativa 2.2.3. O valor de mercado dos títulos que possuem negociações ativas são apurados com base nos preços divulgados pela Anbima e BM&Fbovespa.

Demonstrações do Resultado
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Exercícios findos em		
	31 de dezembro 2016	2º Semestre 2015	2º Semestre 2016
Receitas da intermediação financeira	119.821	129.200	57.430
• Operações de crédito.....	73.815	79.498	34.567
• Resultado de operações com títulos e valores mobiliários.....	46.006	49.702	22.863
Despesas da intermediação financeira	(82.572)	(79.932)	(37.722)
• Operações de captação no mercado.....	(59.989)	(69.015)	(29.188)
• Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7).....	(22.583)	(10.917)	(8.534)
Resultado bruto da intermediação financeira	37.249	49.268	19.708
Outras receitas/(despesas) operacionais	(12.185)	(13.061)	(9.547)
• Receitas de prestação de serviços.....	128	328	42
• Rendas de tarifas bancárias.....	800	498	585
• Despesas de pessoal (nota 15).....	(9.570)	(8.686)	(5.048)
• Outras despesas administrativas (nota 16).....	(6.845)	(4.963)	(3.366)
• Despesas tributárias.....	(3.544)	(3.425)	(1.890)
• Resultado de participações em controladas (nota 9).....	6.788	3.435	-
• Outras receitas operacionais (nota 18).....	580	230	194
• Outras despesas operacionais.....	(722)	(478)	(394)
Resultado operacional	25.064	36.207	10.161
Resultado não operacional (nota 19)	3.834	(122)	3.333
Resultado antes da tributação sobre o lucro	28.898	36.085	13.494
Imposto de renda e contribuição social (nota 17)	(2.543)	(5.644)	1.322
• Provisão para imposto de renda.....	(3.123)	(4.853)	2.556
• Provisão para contribuição social.....	(2.554)	(2.715)	1.999
• Ativo fiscal diferido.....	3.134	1.924	(3.233)
Lucro líquido do exercício/semestre	26.355	30.441	14.816
Lucro líquido por lote de mil ações (em Reais).....	68,18	63,06	38,33

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Operações de crédito: A composição da carteira de crédito é demonstrada como segue: